Bolsas — Na sexta-feira: 0,70% São Paulo; 0,39% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 107.849 (14/2) → 109.177 (17/2)

Dólar — Na sexta-feira: R$ 5,161 (- 0,96%)

Últimos	
13/fevereiro	5,176
14/fevereiro	5,198
15/fevereiro	5,219
16/fevereiro	5,211

Salário mínimo — R$ 1.302

Euro — Comercial, venda na sexta-feira: R$ 5,521

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,66%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53

TRAGÉDIA

Programa habitacional será direcionado a atender famílias de baixa renda atingidas pelas chuvas que castigaram municípios do litoral norte de São Paulo no fim de semana. Elas também terão liberados recursos do FGTS

Minha Casa: prioridade para desabrigados

» RAFAELA GONÇALVES
» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, informou que as famílias desabrigadas pelas chuvas que castigaram municípios do litoral norte de São Paulo terão prioridade para receber novas moradias pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Ela lembrou, ainda, que a legislação prevê preferência na liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para famílias atingidas por situações de calamidade.

Tebet passava o carnaval em Guarujá (SP), uma das áreas afetadas pelos temporais registrados no fim de semana. A previsão era de que ela integrasse a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que visitou as áreas atingidas pela chuva acompanhado de outros ministros, mas o bloqueio de estradas impediu que se juntasse ao grupo. Trechos da rodovia Rio-Santos estão intransitáveis em razão dos deslizamentos das encostas.

Em reunião com o prefeito de Guarujá, Válter Suman (PSDB), Tebet garantiu que os recursos necessários para apoiar as famílias desabrigadas estarão à disposição dos municípios, em uma ação de parceria entre o governo federal, o estadual e as prefeituras.

Segundo a ministra, tratativas estão em andamento para agilizar a liberação do FGTS. Ela lembrou que a Medida Provisória (MP) 1.162, que trata do programa Minha Casa Minha Vida, lista entre suas prioridades as famílias em situação de emergência e calamidade. "Estamos à disposição para ajudá-las e colocá-las na fila de prioridades para construção de casas populares", declarou.

No Orçamento deste ano, a Defesa Civil dispõe de R$ 579 milhões, e o programa de manutenção de rodovias teve as dotações reforçadas, passando de cerca de R$ 2 bilhões para R$ 8,8 bilhões. O governo também teve incrementado,durante o período de transição, o orçamento para proteção social em casos especiais, que prevejam ações em conjunto com estados e municípios a pessoas afetadas por emergências ou calamidade pública.

Repasses

Assim, de acordo com Tebet, não é necessária a liberação de créditos extraordinários, porque os ministérios estão no início da execução orçamentária e possuem recursos para atendimento da população e municípios afetados. "Uma vez decretado o estado de calamidade pública, todos os recursos necessários, a depender dos projetos, estarão à disposição do prefeito do Guarujá e dos demais prefeitos", ponderou a ministra, que afirmou que outra frente que merecerá atenção do poder público é a segurança nas encostas.

À reportagem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), afirmou que o governo federal vai acelerar o repasse de recursos federais do programa habitacional, apoiando a "locação de terrenos seguros que aprimorem mecanismos da defesa civil". "Em regiões como essa, é imprescindível o monitoramento para identificação de risco e acolhimento. Voltamos a priorizar as defesas locais para que tragédias como essa não se repitam", disse.

O ministro-chefe da Secretaria da Comunicação Social, Paulo Pimenta, também afirmou que a retomada do Minha Casa, Minha Vida, relançado na última semana, é uma forma de evitar mais tragédias como esta. "Não foi a casa de veraneio das pessoas que foi atingida. E o Minha casa, Minha Vida, que volta agora, após ficar parado por sete anos, é fundamental para que situações como esta não aconteça novamente", afirmou, destacando a necessidade de um mapeamento de áreas onde a construção de casas seja segura.

Até o momento, o governo federal já disponibilizou R$ 33,7 milhões para ações da Defesa Civil em 54 cidades atingidas por desastres. Os valores serão destinados a municípios de 10 estados: São Paulo, Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pará, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul.

Bolsa família

Entre o conjunto de medidas emergenciais para enfrentar o estado de calamidade, o governo federal também anunciou que famílias atingidas pelas chuvas terão pagamento unificado do Bolsa Família no próximo mês. O benefício geralmente é pago de maneira escalonada e o calendário leva em consideração o Número de Identificação Social (NIS), cadastro para identificar o cidadão em diversos programas sociais e de políticas públicas.

"Para facilitar para as famílias, o pagamento de março será unificado, feito no dia 20 para todas as famílias dos municípios atingidos e com decreto de emergência e calamidade", disse o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias.

Defesa Civil de SP/Divulgação



Imagem do desastre em São Sebastião (SP): governo federal garante que haverá recursos para reconstrução

» Justiça manda INSS pagar R$ 1 bi

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R$ 1,007 bilhão para o pagamento de valores atrasados a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que conseguiram a concessão ou revisão do benefício na Justiça. O montante vai quitar as dívidas do instituto com 66.216 beneficiários, que venceram 50.524 processos de até 60 salários mínimos em todas as regiões do país. O pagamento é feito conforme o cronograma de cada Tribunal Regional Federal (TRF). Chamados de RPVs (Requisições de Pequeno Valor), os atrasados deste mês já serão emitidos conforme o valor do novo salário mínimo, de R$ 1.302.



RAUL VELLOSO

A SAÍDA É UM GRANDE ESFORÇO CONJUNTO DE ZERAGEM DOS DEFICITS PREVIDENCIÁRIOS NÃO SÓ DA UNIÃO, MAS TAMBÉM DOS DEMAIS ENTES, ATÉ O FINAL DESTES MANDATOS, CONFORME INCLUSIVE JÁ MANDA A CONSTITUIÇÃO. ISSO SE FARÁ VIA MAIS REFORMAS DE REGRAS, CRIAÇÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA E APORTE DE ATIVOS NESSES FUNDOS

Com a âncora certa, iremos longe

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Com todas as dificuldades que o setor público vem enfrentando para administrar suas contas na última década, o resultado primário consolidado (que exclui os juros na apuração da despesa) acabou sendo divulgado como superavitário em 1,3% do PIB em 2022, após vários anos em que deficits eram registrados, em função do que, ao lado de outros fatores, derivou-se uma razão entre a dívida pública e o PIB de 73,5%. Número absurdamente alto? Na verdade, visto isoladamente, não, principalmente se considerarmos que esse tipo de cálculo tende a superestimar bastante o que se está tentando medir, pois o que se faz é dividir um estoque (a dívida) por um fluxo (o PIB). O ponto é que há outras formas mais adequadas de medir o mesmo fenômeno sem, contudo, superestimá-lo. Por exemplo, teria de ser só variáveis-estoque ou só fluxos. Seguindo-se esse caminho, sairiam valores bem menores e, portanto, menos preocupantes.

Na verdade, o incômodo principal desse tipo de divulgação foi, primeiro, o de Lula, que, como presidente da República, tem todo o direito de chiar, e, depois, de vários macroeconomistas (nos quais me incluo), todos preocupados com o efeito devastador sobre o nível de atividade econômica que o elevado valor da taxa de juros nominal de referência que estava "por trás das cortinas", de 13,75% ao ano (da qual se deriva uma taxa real de 8% ao ano, se descontada a expectativa média de inflação), que o Banco Central vem praticando há um tempão, em que pese a clara tendência declinante, de último, da inflação vigente tanto no mundo desenvolvido como por aqui. Ou seja, mesmo com a dívida pública aparentemente sob controle, os juros altos que são praticados, muito provavelmente sem necessidade, têm um alto custo em termos de baixo crescimento da atividade econômica e do emprego.

Nessa área, conforme o conselho simples que deveria ser seguido, nunca se deveria fixar a taxa de juros real — que hoje, como dito acima, se situa em 8% ao ano — acima do crescimento esperado da economia — no caso, apenas 1,53% ao ano, em média, em 2023-26, segundo as expectativas de mercado levantadas na data de hoje pelo próprio Banco Central. Se a taxa de juros real, ao contrário, fosse sempre menor, a razão entre a dívida pública e o PIB se estabilizaria à frente, criando-se mais confiança na gestão fiscal do país.

Nada obstante, sendo muito exigentes com a avaliação das contas fiscais do Brasil, o que os mercados financeiros locais mais alegam para manter juros altos é exatamente o supostamente elevado risco fiscal. Por mais que se avalie que o Brasil não tem por que quebrar, ou seja, não tem um risco fiscal tão alto assim, a tarefa do ministro Haddad é nada simples. Além de enfrentar os xiitas de mercado do lado de cá, a impressão ruim que é passada para os de fora do país leva a uma busca constante de uma nova âncora fiscal que dê conta de esfriar as expectativas desfavoráveis que pairam sobre nossas cabeças.

Voltando ao nosso dia-a-dia, e tendo aceito que a última âncora tentada, o teto de gastos, faliu, corre-se atrás, desesperadamente, de uma nova âncora para combater a ameaça permanente de crise fiscal, e aqui e ali começam a aparecer, na mídia, alguns candidatos, até agora, a meu ver, nada fortes. Temo que caiamos na mesma esparrela do teto, que, em poucos anos, foi violentado várias vezes. E penso que, agora, teremos de acertar de primeira.

Por que o teto fracassou? Ninguém se deu conta de que, em 2021, 96,9% do gasto da União correspondiam aos ditos gastos obrigatórios, ou seja, pendurados na Constituição e dificílimos de alterar. Já os residuais gastos discricionários, notadamente os investimentos em infraestrutura, obviamente foram levados a desabar, e, nesse ano, esse último item ficou com apenas 2,2% do total, sendo o principal alvo do ajuste até os obrigatórios abocanharem quase tudo.

Que itens mais cresceram? Previdência e assistência social. Passados os 34 anos entre 1987 e 2021, o gasto com o primeiro item aumentou de 19,2% para 51,8% do total, uma obrigação que os governos assumem para não deixar na mão os idosos do seu próprio regime e do regime geral, este mantido pelo INSS. Enquanto isso, o segundo, que tem sido a prioridade número um dos governos há muitos anos por razões óbvias (inclusive para Lula), passava de 9,1% para 16,4% do total. Os dois juntos pularam de 28,3% para 68,2% do total.

A saída, então, é um grande esforço conjunto de zeragem dos deficits previdenciários não só da União, mas também dos demais entes, até o final destes mandatos, conforme inclusive já manda a Constituição (§ 1º do Art. 9º. da EC nº 103 de 12/11/19), onde, nos outros entes, o problema é o mesmo e costuma ser transferido para a matriz... Isso se fará via mais reformas de regras, criação de fundos de previdência e aporte de ativos nesses fundos, como há muito se sabe. O dinheiro economizado na redução e eventual eliminação dos deficits deve ser direcionado basicamente para assistência social e investimento, este já tendo desabado 9 vezes dos anos 1980 para cá, quando medido em porcentagem do PIB (potencialmente, poderia até ser simplesmente economizado...). E que Lula chame Wellington Dias para coordenar esse trabalho, pois ele já aprendeu a fazer boa parte do dever de casa no seu recém findo mandato no Piauí.